



DESAFIOS EMERGENTES NAS IMPLICAÇÕES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO

Ana Clara Ferreira dos Santos¹

Com a crescente automatização dos meios de produção e a disseminação de *softwares* na sociedade, a inteligência artificial transcendeu sua função inicial de responder perguntas e passou a criar imagens, vídeos, áudios e analisar hábitos. Essa evolução da inteligência artificial impacta significativamente a produção de conteúdo. A produção de obras que antes levavam anos agora ocorre instantaneamente através de sistemas – como o *Midjourney* e o *Dall-E 2*. Além da produção de conteúdo, a inteligência artificial também está revolucionando diversos aspectos da coletividade, desde a automação de tarefas até a busca pela autonomização total de automóveis, como o Tesla. Nesse sentido, é fundamental questionar se o ordenamento jurídico está preparado para proteger as pessoas diante dos novos riscos, incluindo a captura indevida de voz que alimenta o sistema de recomendações de anúncios, tanto no mundo digital quanto no físico. Assim, é crucial regulamentar a inteligência artificial de modo a salvaguardar os direitos e a segurança dos cidadãos. Este resumo explora o impacto da Inteligência Artificial (IA) na manipulação de dados e na insuficiência normativa perante a demanda de riscos causados pelas novas tecnologias, abordando questões cruciais relacionadas à criação, privacidade e responsabilidade civil. Investiga-se como a IA desafia as noções tradicionais de criatividade abordando também o uso indevidos de dados por parte de grandes empresas, como evidenciado no escândalo da *Cambridge Analytica*, que em 2018 teria adquirido acesso a informações pessoais de usuários do *Facebook*. Adicionalmente, faz-se uma discussão da necessidade de regulamentação e criação de novos instrumentos para viabilizar e proteger os indivíduos dos perigos que a tecnologia algorítmica traz consigo. Para fins regulamentários, deve-se levar em consideração três aspectos fundamentais: i) Como assegurar autoria e originalidade de obras, à medida que o uso crescente da IA desafia conceitos tradicionais; ii) Como lidar com a privacidade de dados e, como uso/fornecimento de dados às IAs pode impactar no cotidiano dos usuários; iii) Proteção dos direitos individuais

¹ Acadêmica do 2º período do curso de Direito da UNIFIMES – acferreiradosantos@gmail.com



fundamentados na Constituição Federal art. 5 °. iv) A definição do regime de responsabilidade civil apropriado para a responsabilização dos entes eletrônicos. Além de garantir que as medidas cabíveis sejam adequadamente impostas aos seus responsáveis, evitando lacunas legais que possam resultar em impunidade. Portanto, vê-se que a interseção entre IA e o ordenamento jurídico é fascinante e complexa. A qual exige densa discussão e problematização acerca dos fatos a fim de compreender os impactos desse fenômeno na ciência jurídica.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Direito. Privacidade. Proteção.